



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

1 **ATA da Reunião da 4ª (quarta) Audiência Pública do 2º (primeiro) Período**
2 **Legislativo de 2016 (dois mil dezesseis) da Câmara Municipal de Macaé, Estado do**
3 **Rio de Janeiro.** Ata da Audiência Pública para Apresentação do Relatório da Gestão
4 Fiscal do Segundo Quadrimestre de 2016 (dois mil e dezesseis). Aos 27 (vinte e sete) dias
5 do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, na Sala das Sessões, às 10 (dez) horas,
6 assumiu a Presidência o Vereador Eduardo Cardoso Gonçalves da Silva. Convidou para
7 compor a Mesa os Vereadores Marcel Silvano da Silva Souza e Igor Paes Nunes Sardinha,
8 Deroce Barcelos Alves – Subsecretário Municipal de Fazenda, Matheus Pereira
9 Sardemberg – Contador Geral do Município, Luis Carlos Cunha – Controlador Geral. O
10 Sr. Presidente saudou todos, informando que esta Audiência Pública é para cumprir as
11 exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, onde o Poder Executivo informa a
12 população sobre as metas fiscais do 2º (segundo) quadrimestre de 2016 (dois mil e
13 dezesseis). Registrou a presença do Sr. Luciano da Costa Castilhos, Secretário Municipal
14 de Defesa Civil. Com a palavra, o Sr. Deroce Barcelos Alves faz apresentação das Metas
15 Fiscais do segundo quadrimestre através de *slides* e informando a receita total de dois mil
16 e dezesseis, também cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Comentou as receitas
17 estimadas e as receitas arrecadadas. Explicou os tipos de recursos, sendo próprios,
18 *royalties* e vinculados. Disse que isso tudo é estimado para o segundo quadrimestre. Falou
19 sobre o valor do barril do petróleo, que gerou a crise da Petrobras. Alertou sobre o
20 decréscimo e comparando com o ano anterior, é visível como o Município está sentindo
21 essa crise. Falou sobre os recursos vinculados, que são do SUS, os convênios que o
22 governo faz com órgãos federais para investimentos, entre outros. Comentou que a receita
23 total de dois mil e quinze foi diferente e em dois mil e dezesseis houve um decréscimo,
24 apenas no IPTU (Imposto Predial Territorial e Predial) houve acréscimo na arrecadação.
25 Explicou cada item e metas arrecadadas, fazendo o comparativo das principais receitas
26 estimadas e arrecadadas. Falou sobre o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
27 e Serviços) líquido, onde já está descontado vinte por cento do FUNDEB. Finalizou a
28 explicação, falando sobre a receita própria bruta estimada para dois mil e dezesseis, a
29 dedução do FUNDEB, a receita própria líquida, os recursos dos *royalties*, os recursos
30 vinculados e a arrecadação total líquida. Falou que essa apresentação que a Secretaria de
31 Fazenda faz precisa ter um grande acompanhamento para que possa ser executada. O Sr.
32 Luis Carlos Cunha iniciou informando que apresentará a gestão orçamentária,
33 comentando que a receita não está se realizando devido à crise no Brasil, mas essa redução
34 não começou hoje. Explicou o que é LOA (Lei Orçamentária Anual) e lembrou que dentro
35 da Constituição há um capítulo sobre finanças públicas. Falou sobre a Lei de
36 Responsabilidade Fiscal (LRF), que a grande mensagem é o planejamento. Disse que a
37 LFR instituiu várias metas para os planos da cidade, com o objetivo em dar continuidade
38 aos serviços públicos. Falou que a receita que mais oscilou foi dos *royalties*. Disse que a
39 receita é sempre estimada através de dados técnicos e é calculado desde primeiro de
40 janeiro de dois mil e dezesseis a trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis. Frisou
41 que a receita arrecadada vem caindo. Falou sobre o quadro comparativo da LOA (Lei

Página 1 de 5



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

42 longo dos anos. Disse que gestão não é gasto, não haverá cortes, haverá gestão, pois
43 precisam identificar as prioridades. Disse que o déficit foi de seiscentos milhões e as
44 demandas do serviço público são enormes. Falou que receberam em este ano mais de
45 nove mil e quinhentos alunos novos. Infelizmente muitas coisas deverão ser feitas. Disse
46 que o Estado do Rio de Janeiro não pode fazer empréstimos e está próximo a sofrer
47 intervenções. Disse que a realidade é diferente da matemática. Observou que o orçamento
48 de R\$2.081.650,00, não é só da Prefeitura, é do Município. Disse que as receitas fixas
49 não podem ser mexidas como, por exemplo, o duodécimo da Câmara, pois isso é garantia
50 constitucional, independentemente da arrecadação, o repasse tem que vir para a Câmara
51 e para a Macaeprev. Falou sobre o conceito da RCL (Receita Corrente Líquida), que é
52 quase a totalidade das receitas. Disse que o ano fiscal terá seis bimestres e três
53 quadrimestres, as análises são feitas dos últimos doze meses, se a receita despencar, o
54 índice de pessoal dispara. Falou sobre as despesas empenhadas e algumas não podem ser
55 previstas com luz, entre outras, por isso elas são estimadas. Falou que a liquidação é uma
56 etapa das despesas e a lei diz que toda despesa tem que ter empenho e esta Casa autoriza
57 o Executivo a fazer despesa. Disse que esta Casa está composta de representantes do povo
58 e são eles que são emanados de poder, por isso não pode haver despesas sem autorização
59 do Legislativo. Falou que não pode ter despesas sem autorização do Legislativo.
60 Comentou que após a receita liquidada, será autorizado o pagamento e as despesas pagas
61 até agosto de dois mil e dezesseis que foram arrecadadas. Falou da despesa de pessoal e
62 a LRF fala dos investimentos mínimos em Saúde e Educação, que totalizam 40%
63 (quarenta) por cento, sobra 60% e o duodécimo da Câmara que é 6% (seis), então só pode
64 gastar 54% (cinquenta e quatro) de despesas de pessoal que não pode ser ultrapassado o
65 limite prudencial é 51,3% de gastos com pessoal e se for ultrapassado, é crime. Disse que
66 se ultrapassar o índice, terão que tomar medidas como cortar horas extras, entre outras,
67 não reduzindo vão ao artigo 23 da LRF, que podem chegar na demissão de servidores.
68 Falou sobre a primeira Reforma Administrativa da Prefeitura que foi enviada para esta
69 Casa e foi muito bem recebida, tentaram enxugar e tiveram resultados. Falou que não
70 perseguem nada, nem ninguém, mas precisam tomar algumas medidas para poder fazer a
71 gestão da cidade. Disse que assim que a receita caiu, o índice disparou. Colocou que a
72 reforma foi em julho de dois mil e quinze e no artigo 66 então só surtiria efeito no terceiro
73 quadrimestre e em caso de frise, o prazo dobra, então terão quatro quadrimestres para
74 reduzir. Comentou que fatores externos podem influenciar positivamente ou
75 negativamente, mas precisam fazer uma adequação. Falou que se essa conta não fechar,
76 a cidade vai parar os investimentos em Saúde e Educação e *será que a sociedade quer*
77 *isso?* Disse que não é tão simples como pode parecer. Comentou que a LOA foi menor,
78 pois a receita e a arrecadação foram menores. Disse que a despesa com pessoal no
79 primeiro quadrimestre caiu, não o providencial, mas estão trabalhando para isso. Falou
80 que são 17.538 (dezessete mil e quinhentos e trinta e quatro) servidores, 13.002 (treze mil
81 e dois) efetivos, Extraquadros 1.291 (mil e duzentos e noventa e um) e contratados 807
82 (oitocentos e sete). Disse que despesa com Educação foi superada, pois sempre estão

Página 2 de 5

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/n. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br
Taquígrafa: Mônica Abreu Paes de Azevedo
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

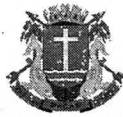
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

83 investindo mais que o mínimo em Educação. Falou das três grandes despesas, que é com
84 alimentação, transporte escolar e pessoal. Disse que o transporte escolar é um grande
85 problema, pois no passado fizeram escolhas equivocadas, como construções de escolas
86 em lugares errados. Disse que boas práticas estão sendo praticadas e sabem que precisam
87 melhorar na gestão da merenda escolar, isso já está sendo feito e não vão cortar, apenas
88 estão estudando uma maneira de diminuir o custo, mas mantendo a qualidade. Colocou
89 que houve um aumento na despesa da Saúde, mas mantiveram os investimentos,
90 detalhando os locais de investimento. Comentou que alguns Municípios compraram
91 ônibus e vans para trazer pacientes para Macaé e Niterói proibiu a Autopista de levar
92 paciente para lá. Disse que o SUS (Sistema Único de Saúde) não repassa valores gastos
93 no HPM com pacientes da Autopista. Disse que o HPM faz vários tipos de cirurgia e
94 exames complexos e só recebem esparadrapo e gazes do SUS. Falou sobre os pontos de
95 atenção da apresentação. Falou que o Prefeito criou, em dois mil e treze a COFIN, que é
96 especificamente para os *royalties*. Falou sobre contratos que foram revalidados e os
97 gestores tiveram que optar sobre o gerenciamento, houve redução de alguns salários,
98 como a receita oscilou muito, trabalharam com cota mais restrita. Agradeceu a todos. O
99 Sr. Presidente, Vereador Eduardo Cardoso Gonçalves da Silva, disse que foi Secretário
100 de Saúde e sempre operou na Casa de Caridade e ali começou a observar precariedade de
101 recursos. Quando construíram o HPM, fizeram o hospital regional, então tentaram buscar
102 o credenciamento, e se o SUS enviasse 10%, teria direito de enviar todos os pacientes do
103 Estado para o HPM, então politicamente achou que não era interessante. Perguntou
104 quanto seria em valores esse repasse do SUS. O Sr. Luis Carlos Cunha falou que tiveram
105 diversas reuniões com o pessoal da Secretaria de Saúde e Fundação Hospitalar e a partir
106 do momento que Macaé entra como gestão plena, tudo é *linkado*, pois é um sistema único.
107 Disse que o valor chega em torno de três a cinco milhões de reais mensais. Colocou que
108 não pode falar um valor exato, pois nunca tiveram essa habilitação. Disse que é como se
109 o SUS olhasse para Macaé e não tivesse um serviço de UTI, não fizesse cirurgias etc.
110 Disse que é preciso mostrar ao governo Federal e SUS todo trabalho de alta complexidade
111 do HPM. Disse que fechar o hospital não pode, o que pode ser feita é gerir, tentado
112 levantar recursos. Disse que os governadores estão tentando mudar a tabela de repasse,
113 pois quem tem plano de saúde e é atendido no HPM, o plano de saúde repassa, mas para
114 o governo federal e não para o Município. O Sr. Presidente, Vereador Eduardo Cardoso
115 Gonçalves da Silva, retomou a palavra dizendo que viveu a municipalização. Disse que o
116 governo federal repassou todos os problemas para o Município e o dinheiro ficou com
117 eles, os municípios foram penalizados com o SUS. Disse que sobre a Lei de Orçamento,
118 a Câmara não gera recursos, é um Poder independente e o repasse da Câmara é lei. Disse
119 que o orçamento é lei, a Câmara tem 6% pela lei e todo ano devolve dinheiro para o
120 Executivo, esse recurso aqui pode ser devolvido, deixa o Poder Legislativo gerir seus
121 recursos, pois têm secretários que até pedem para a Casa devolver. Disse que entende que
122 o Município precisa cumprir suas funções e gasta com ensino superior, com hospital do
123 câncer, achando que são verbas federais. Disse que prefere a aplicação de recursos na

Página 3 de 5

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/n. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681
E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br
Taquígrafa: Mônica Abreu Paes de Azevedo
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

124 atenção básica de saúde, pois Macaé está com os mamógrafos quebrados e esse sim é o
125 dever do Município. Disse que esse ano devem atender às prioridades e às obrigações,
126 não podem deixar faltar os recursos básicos da Saúde. O Sr. Humberto Assumpção
127 perguntou: *em termos de pessoal hoje quanto concretamente a Prefeitura precisaria*
128 *reduzir e quanto o HPM recebe dos planos de Saúde?* O Sr. Luis Carlos Cunha disse que
129 a questão de pessoal é matemática, se a LOA é de um bilhão e novecentos, não pode
130 ultrapassar 54% da lei. Falou que a gestão de pessoal é a tônica e precisam alcançar essa
131 redução. Citou que o “servidor” era para servir o Estado e hoje é o contrário, muitos
132 problemas são por falta de impacto financeiro. Disse que quando chamam servidores por
133 causa da demanda, precisam provar se realmente precisam. Colocou que precisam saber
134 se há necessidade de todos serviços no HPM e esse planejamento deve ser feito. Disse
135 que construir uma escola não é caro, o difícil é manter. Comentou que os Deputados
136 Federais que definem o que é gasto, pois não teremos recursos para tudo. Disse que tem
137 dinheiro, mas precisam fazer gestão. Disse que não recebem nada dos planos de saúde e
138 precisam elevar a categoria do HPM no governo federal, para média e alta complexidade,
139 na época de construção do HPM deveriam ter buscado isso, mas a realidade também era
140 outra. O Vereador Igor Paes Nunes Sardinha perguntou como vem a avaliação a
141 fiscalização por parte do Executivo nos contratos de transporte e merenda escolar, pois
142 acredita que muito da economia pode vir oriunda da fiscalização desses contratos. O Sr.
143 Luis Carlos Cunha disse que analisa os processos de pagamento, e acompanha a Lei 4320
144 que é antiga e na Controladoria tem a Coordenadoria de Licitação e todos os processos
145 de pagamento passam por lá. Disse que em dois mil e treze passaram por uma auditoria
146 não governamental todos os municípios do Estado, pois todo ano o Tribunal de Contas
147 faz auditoria. Comentou que na Reforma administrativa criaram a auditoria geral e,
148 através das visitas nas secretárias, viram onde poderiam melhorar. Disse que no contrato
149 da merenda escolar, as diretoras enviam um relatório e consolidado, pois existem duas
150 partes de fiscalização, o CAE, onde as nutricionistas acompanham e tem a parte para ver
151 a quantidade. Porém existem notícias de que o crime organizado está coagindo as
152 diretoras e elas são obrigadas a fornecer refeições para esses indivíduos. Falou que a CAE
153 é um órgão independente, que visualiza e fiscaliza o contrato da merenda. Disse que sobre
154 o transporte público, fizeram uma auditoria operacional e o auditor geral esteve
155 acompanhando, junto à fiscalização da Secretaria de Mobilidade Urbana, foram na
156 Fetranspor (Federação das Empresas de Transporte de Passageiro do Estado do Rio de
157 Janeiro), são relatórios bem complexos, mas analisadas pelo órgão responsável.
158 Comentou que não acharam nenhum tipo de irregularidade nesses relatórios. O Vereador
159 Igor Paes Nunes Sardinha perguntou se há conhecimento de existência de multas
160 contratuais aplicadas a empresas de transporte público, que não foram cobradas? O Sr.
161 Luis Carlos Cunha disse que desconhece a existência disso. Disse que as auditorias são
162 anuais, fizeram auditoria no lixo, no contrato SIT e da merenda, e nessa auditoria foram
163 feitas observações, mas a parte da fiscalização ainda não foi objeto de averiguação. Disse
164 que esta questão das multas não tem nada com o subsídio e sim com a execução do

Página 4 de 5



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

165 contrato. Comentou que o Tribunal de Contas vem auditando todos os Municípios, sobre
166 arrecadação. Disse que os relatórios gerados vieram com sugestões e por isso não agiram
167 de forma específica. O Sr. Magno Amaro disse que no dia anterior, durante a Sessão,
168 falou-se sobre a questão oncológica. Falou que foi enviado pelo Prefeito uma questão
169 para que as licitações reservassem um percentual e esse valor seria repassado para o setor
170 de oncologia do Município. Disse que foi aprovado por esta Casa e perguntou quanto foi
171 repassado? Questionou a insalubridade dos Agentes Comunitário de Saúde, pois parte
172 deles recebiam e outra não. Disse que foi falado que era direito dos Agentes. Perguntou
173 se voltaram a receber e se receberão retroativo? O Sr. Luis Carlos Cunha não tem
174 informações sobre à questão da oncologia, pois não é sua área. Falou que a insalubridade
175 decorre do local de trabalho, não é da função, é diferente de periculosidade. Comentou
176 que a questão dos Agentes de Saúde é objeto de um projeto de lei do Congresso Nacional
177 e deu parecer contrário, e foi até arquivada, então a Controladoria com o parecer da
178 Procuradoria, parecer do Jurídico, emitiram opinião contrária, mas não é uma regra
179 absoluta. Citou como exemplo um servidor que tenha insalubridade, sai de férias e no
180 retorno vai para outro lugar que não é insalubre, então não terá mais direito à
181 insalubridade. Disse que a insalubridade não é verba de caráter permanente, deve ser
182 evitada, é indenizatória se existe insalubridade, devem investir no melhorar do local e
183 essa é a orientação do Tribunal do Trabalho. Comentou que as pessoas acabam
184 incorporando os valores, foi isso que aconteceu com os agentes do PSF, que é um
185 programa governo federal, regulamentado pelo próprio. Disse que a Controladoria só faz
186 a análise de conformidade. Falou que quem vai ter a palavra final é a secretaria e muitos
187 funcionários recebem insalubridade. O Vereador Igor Paes Nunes Sardinha pediu
188 dialogassem com outros setores, pois ele visitou todas as unidades de saúde, fez um
189 relatório e enviou para esta Casa e para o Executivo. Disse que a maioria das unidades de
190 saúde são insalubres, algumas até com interdições da Defesa Civil. Falou que existe o
191 caso de Agentes executando a mesma função, mas um recebe e outro não. Disse que já
192 fez diversos Requerimentos e nada foi feito. O Sr. Presidente agradeceu a presença de
193 todos. O Sr. Luis Carlos Cunha agradeceu a oportunidade e disse que vão se organizar
194 para fazer as audiências mais constantes. Falou que hoje terá audiência da LOA no
195 Executivo, às quatorze horas, no Paço Municipal e o Estado precisa reduzir e aqui não
196 pode ser diferente. Agradeceu a todos. O Sr. Deroce Barcelos Alves agradeceu o convite
197 e disse que os números apresentados estão no Portal da Transparência. Nada mais
198 havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, em nome de Deus, encerrou a Sessão,
199 determinando a lavratura da presente Ata, conforme segue regimentalmente assinada,
200 estando a gravação integral da Sessão Audiência Pública à disposição em meio digital.

Página 5 de 5

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/n. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br
Taquígrafa: Mônica Abreu Paes de Azevedo
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares